

FORMAÇÃO DO SINDICALISMO CLASSISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO¹

Marcus Vinícius da Silva Saldanha²

1. INTRODUÇÃO

A fundação da Central Única dos Trabalhadores em 28 de agosto de 1983 inaugurou uma nova etapa na história do sindicalismo brasileiro. A central sindical deveria ser organizada nos locais de trabalho, sendo capaz de unificar os trabalhadores da cidade e do campo, independente do Estado e dos patrões. Esta organização deveria ser constituída através de um organismo sindical classista capaz de lutar por sua emancipação e construção de uma nova sociedade democrática e sem exploração, através dos esforços de todos aqueles que lutaram por melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

O desenvolvimento dessa concepção enfrentava permanentemente a ofensiva das classes dominantes, a repressão do Estado e os limites impostos pela estrutura sindical vigente, que há anos sustentava uma concepção sindical corporativa e burocrática.

O fato de constituir-se como uma central sindical independente, opondo-se à estrutura oficial, criou uma série de dificuldades, o que gerou a exigência de uma ação de duplo sentido: acabar com a estrutura oficial vigente e ao mesmo tempo constituir-se como o **novo sindicalismo** brasileiro. Supõe-se que este “**novo**” inaugurou uma nova concepção de movimento sindical.

Esta concepção está traduzida nas teses e resoluções do IIIº Congresso Nacional da CUT, realizado em Belo Horizonte-MG, de 7 a 11 de setembro de 1988, em que estão aplicados os princípios básicos da democracia operária que se confundem com os da CUT: a unificação dos trabalhadores da cidade e do campo e do setor público e privado, para defender os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, contribuindo, assim, para um processo de transformação na sociedade brasileira.

Tenho, inicialmente, dialogado com os registros das resoluções daquele Congresso e com todas as teses, somadas dezessete no total, que foram apresentadas naquela ocasião. As teses eram formuladas e elaboradas através da organização dos trabalhadores que lá estavam representando suas categorias, como delegados eleitos em assembléia de base, e estavam ali disputando a política de construção de um projeto alternativo de sociedade.

Uma preocupação inicial deste estudo se deve ao fato de encarar a organização dos trabalhadores para além da organização no local de trabalho, já que tenderíamos a uma análise limitada. Ao contrário, a proposta é analisar a história da **classe trabalhadora** se fazendo enquanto sujeito que vive, para além do local de trabalho, um cotidiano de experiências sociais, onde a luta pela sobrevivência requer uma rede de relações que Marx chamou de “relações determinadas, necessárias e independentes de suas vontades” (MARX, s/d, p. 24). Falo de história da classe operária, em vez de empregar o termo história do movimento operário, “limitado ao estudo dos segmentos organizados dessa classe, ainda que sem dúvida mais corrente” (BATALHA, 1998, p.145).

A luta dos trabalhadores para construir sindicatos e uma central organizados nos locais de trabalho e comprometidos com seus interesses e necessidades históricas e imediatas me fez considerar a possibilidade de desenvolver uma abordagem comprometida com a experiência daqueles sujeitos que em 1988, no 3º Congresso Nacional da CUT, disputavam um projeto estratégico para a sociedade brasileira e para o sindicalismo classista.

¹ Projeto de pesquisa para monografia de conclusão de curso, sob a orientação do Professor Afonso Bandeira Florence, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica do Salvador – UCSal.

² Acadêmico do Curso de Bacharelado em História pela Universidade Católica do Salvador – UCSal.

A preocupação fundamental desta pesquisa consiste em pensar a história da experiência humana e o fazer-se dos sujeitos enquanto processo inscrito na dinâmica social, de forma oposta a abordagens históricas privilegiadoras de processos mecânicos. O objetivo desta pesquisa é valorizar as dimensões da experiência humana da classe trabalhadora brasileira e traços de sua memória reinventados no seu cotidiano.

Esse fazer-se das classes sociais ao longo da história se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos postos a ela, conforme Thompson (1987, p.9) chama a atenção no “Prefácio da Formação da Classe Operária Inglesa”: a classe operária não nasceu como tal, ela estava presente no seu próprio fazer-se.

A problematização concentra-se na disputa de projetos estratégicos e conflitantes da classe trabalhadora. Nesse sentido, é necessário dar voz a esses sujeitos, mapeando o que os unia e, ao mesmo tempo, os separava. Refiro-me à organização dos trabalhadores constituindo-se em um novo sindicalismo brasileiro. O próprio movimento se colocara a necessidade de uma ação de duplo sentido: mudar a estrutura sindical oficial que sustentava uma prática sindical corporativa e burocrática e constituir-se em um novo sindicalismo.

Embora a pesquisa possa nos levar a outros caminhos de investigação, existe uma questão mais central que pretendo problematizar, e que sugere uma abordagem mais específica. Refiro-me à mudança de concepção sindical e às propostas que reestruturariam o modelo vigente – o que gerava conflitos de ordem política, econômica e social. Daí a necessidade de um sindicalismo combativo, independente e autônomo, capaz de fortalecer sua democracia interna e organizar-se pela base, o que talvez representasse sua maior dificuldade. O afastamento da base se constituía em um dos principais problemas para o sindicalismo. As principais propostas do movimento concentravam-se na mudança dos estatutos da CUT e do compromisso de derrubada da CLT, o que gerou uma inflexão dos compromissos e objetivos estratégicos da classe trabalhadora. Destacavam-se as propostas de mudança dos artigos 5º e 6º do estatuto que previam a organização por categoria profissional, substituindo pelo critério da organização por ramo de atividade, entendido por uma das teses como o fazer comum final coletivo.

2. JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

Há apenas duas décadas, os historiadores do movimento operário assistiram ao surgimento de uma profunda mudança. Ignorada, negligenciada ou negada, a história operária impôs-se então, a partir das realidades e das forças sociais de nossa época. Ela penetra mesmo na cidadela até então hermeticamente fechada da universidade (HAUPT, 1985, p. 208).

Ao longo da história do movimento operário e sindical brasileiro, foi-se aprofundando a consciência política da classe trabalhadora, que passou a lutar por sua cidadania e pela democratização do Estado. Como força social vitalmente interessada na democracia, a classe operária, por meio de suas lutas, vem definindo seu lugar e seu papel político na sociedade. Uma das questões fundamentais nessa conquista da cidadania é a autonomia sindical e a liberdade do movimento sindical para organizar-se sem qualquer interferência do Estado.

Em tempos de constituinte, uma grande dificuldade enfrentada era a da adequação e comprometimento do movimento sindical ao modelo econômico e às mudanças da lógica do mercado de trabalho. A mudança no movimento sindical não consistia apenas na mudança de concepção: passava pela mudança do modelo econômico capitalista. O setor de serviços, a terceirização e o desemprego impediam a organização da classe trabalhadora. (SÁ, 2003).

Depois de duas décadas de autoritarismo e no momento de definição de uma nova constituição, os trabalhadores brasileiros iriam viver o tempo e a oportunidade de mudar as regras que subordinaram os sindicatos ao controle do capital e do Estado. O resultado final desse processo dependeria de muita mobilização e luta, pois não se tratava apenas de uma questão sindical, mas da possibilidade de disputar um projeto estratégico na sociedade brasileira.

Num campo mais vasto da historiografia referente ao movimento operário, podem-se reunir pesquisas em história social do trabalho, em sentido clássico, até às formulações mais recentes relativas à vida cotidiana e ao controle social. Dentro desse conjunto, a história social do trabalho contempla temas como o movimento operário e sindical, suas relações com o Estado, com as massas trabalhadoras, com o cotidiano operário e o controle social nas fábricas e fora delas, colocando-se como questão a construção de uma identidade operária.

Nas últimas décadas, os debates colocam em questão o modo tradicional de pensar e abordar a história operária. Os trabalhos de E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, só para citar os mais conhecidos, conseguem retirá-la do quadro estreito da história política e ideológica onde tinha sido confinada e dar-lhe nova orientação, voltada a explorar novas perspectivas históricas. Muda a ênfase, agora das margens para o centro, a própria problemática mudou, ou seja, a relação entre história operária e história social tem agora uma importância fundamental e está em constante transformação. É preciso curvar-se diante das evidências. São elementos inscritos na dinâmica cultural do cotidiano, sem os quais não se compreende a participação dos sujeitos e suas experiências nos processos históricos.

3. O VELHO E O NOVO: EXPECTATIVAS DE RESULTADOS

Dentre as dezessete teses (TESE 6, 1988) apresentadas ao III Congresso Nacional da CUT, em 1988, uma delas trazia em seu nome os princípios de origem da fundação da CUT em 1983. A CUT pela base foi uma palavra de ordem congressual quando a CUT se organizou, e esse grupo se apresentava enquanto corrente interna que afirmava querer resgatar os princípios de origem da sua fundação (Idem, *ibid.*), como o princípio de garantir a central como uma referência da classe trabalhadora na sua relação direta com a base. E essa foi uma das grandes polêmicas da CUT, em 1988, o distanciamento da central em relação à base (SÁ, 2003).

A estrutura sindical brasileira, montada a partir da década de 30, era um corpo de leis amarradas entre si por uma perspectiva ideológica clara, a colaboração entre classes. Todo o Título V da CLT, que trata da organização sindical, é um tecido muito bem costurado com o objetivo de garantir um sindicalismo dócil e não combativo.

Feita a radiografia da estrutura sindical brasileira, pode-se dizer que ela foi elaborada durante o governo Vargas na década de 30, legando um sindicalismo dirigido e controlado pelo Estado.

Esse sindicalismo, chamado de oficial, serviu a todos os governos que o Brasil experimentou até a década de 80. A estrutura sindical, fruto dos cem artigos do Título V da CLT, era um conjunto harmônico. O quadro ideológico que resulta de sua síntese se resume em um quadro com uma mensagem bem clara: o sindicalismo brasileiro deve ser um sindicalismo corporativo, que concilie patrões e empregados. Esse “novo” sindicalismo deveria se basear na colaboração entre classes e o Estado. A paz social será o fruto desta estrutura e organização.

O estatuto padrão é a pérola da legislação sindical de Vargas. Por ele, todos os sindicatos do Brasil, desde 1939, teriam que funcionar com o mesmo estatuto, resolvendo, com um só golpe, todos os problemas desta natureza.

O artigo 518 da CLT diz o seguinte: “Os estatutos deverão conter: a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e demais associações no sentido de solidariedade social e de subordinação aos interesses econômicos nacionais”.

A arquitetura da estrutura sindical varguista mostrava, para qualquer um que quisesse ver, seu real objetivo: impedir a ação dos trabalhadores enquanto classe. Vimos na análise dos fundamentos ideológicos daquela estrutura sindical vigente como era abominada a idéia de classe. No lugar do conceito de classe, Vargas colocou outro conceito, o de corpo social. Para viabilizar este “novo conceito” ideológico do corporativismo social, era necessário impedir a unificação dos trabalhadores em centrais nacionais, era essencial mantê-los em compartimentos estanques: metalúrgicos, bancários, professores, categoria por categoria. Além disso, dividi-los o mais possível para “garantir a paz” do corpo social.

O movimento sindical é limitado à sua própria ação. Há uma distância muito grande entre os debates estratégicos colocados hoje na sociedade. É razoável supor que por conta da estrutura sindical, no que se avança, não se implementa.

Se avançarmos mais no processo de fortalecimento da democracia interna, se apostarmos em continuar construindo um sindicato que tenha suas instâncias de decisão na base, então descobriremos que o erro não está no coletivo, está na direção. A CUT tem se afastado demais da classe trabalhadora.

4. REFERÊNCIAS

BATALHA, Cláudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências In: _____. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário?. Revista Brasileira de História, 10, 1985.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica** da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

TESE 6: Construir a CUT pela Base. Caderno de Teses ao 3º CONCURTO, Boletim Nacional da CUT, Nº 20, São Paulo, 1988.

SÁ, Maria do Carmo Barreto de. Entrevista concedida, Salvador, abr. 2003.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Oficinas da História, v. 1, 1987.